



A comunicação social e a educação de jovens e adultos: um estudo das telenovelas brasileiras educativas na década de 1970

Aguimario Pimentel Silva
(GENTELLI / IFAL / CNPq)

Resumo

O trabalho tem como temática central o uso da telenovela educativa pelo governo brasileiro, na década de 1970, como instrumento pedagógico para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), no âmbito da Educação a Distância (EaD). O objetivo da pesquisa é tecer uma análise das características desse produto comunicacional voltado para fins educacionais, estabelecendo as (não) relações existentes entre tais características e os pressupostos teóricos da Andragogia e do pensamento de autores do campo da EJA, como Knowles (2011), Freire (1978; 2011) e Castro (2008). As produções analisadas são as telenovelas "*João da Silva*" (1973) e "*A Conquista*" (1979), produzidas pela Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE) como modelos de um processo de ensino e aprendizagem mediado pelas tecnologias de comunicação social. Primeiramente, descrevemos o contexto educacional, político-ideológico e cultural no qual surgem essas telenovelas. Em seguida, examinamos os conteúdos das duas produções, focalizando questões como as estratégias de ensino utilizadas e a concepção de adulto aprendiz nelas presente. Como resultado, defendemos que as produções analisadas não atendem aos princípios teóricos que norteiam a Educação de Jovens e Adultos (no sentido de uma educação libertadora), devido, principalmente, à sua inserção no projeto ideológico de um regime militar autoritário.

Palavras-chave: Educação de Jovens e adultos. Telenovela. Andragogia.

Abstract

The work has as its central theme the use of educational soap opera by the Brazilian government in the 1970s, as an educational tool for the Youth and Adult Education (YAE), in the Distance Learning (DL). The research objective is to weave an analysis of the characteristics of this communication product designed for educational purposes, establishing the (non) relationship between these characteristics and the theoretical assumptions of Andragogy and the thought of authors of the field of adult education, as Knowles (2011) Freire (1978; 2011) and Castro (2008). The analyzed productions are the telenovelas "*João da Silva*" (1973) and "*A Conquista*" (1979), produced by the Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE) as models of teaching and learning process mediated by media technologies. First, we



describe the educational, political-ideological and cultural context in which t arise the soap operas. Then we examine the contents of both productions, focusing on issues such as teaching strategies used and the design of adult learner them present. As a result, we argue that the productions analyzed do not meet the theoretical principles that guide the Youth and Adult Education (towards a liberating education), mainly due to its inclusion in the ideological project of an authoritarian military regime.

Keywords: Youth and Adult Education. Soap opera. Andragogy.

Introdução

As relações entre a Comunicação e a Educação têm sido pontuadas, nos últimos anos, por diversos estudos e pesquisas acadêmicas. Não por acaso, isso ocorre num momento em que se assiste à consolidação das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) como recursos possíveis (e, na verdade, imprescindíveis) para a consecução das tarefas educacionais. Para além da exploração das questões de tecnologia envolvidas na educação, alguns estudos vêm apontando, paralelamente, para o poder exercido pela linguagem e pelo discurso midiático sobre o público discente da atualidade. Este trabalho tem como foco a discussão da relação entre a mídia e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), numa perspectiva histórica, colocando em xeque a questão do processo de ensino e sua operacionalização na EJA.

Pretende-se, aqui, traçar uma análise descritiva de duas telenovelas educativas exibidas no Brasil na década de 1970, e utilizadas pelo governo brasileiro como instrumento para a aplicação de suas políticas públicas de educação, mais especificamente o ensino supletivo. As produções analisadas são as telenovelas *João da Silva* (1973) e *A Conquista* (1979), produzidas pela Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FBCTVE) como modelos de um processo de ensino e aprendizagem mediado pelas tecnologias de comunicação social.



Para fins de uma exposição teórico-metodológica do presente trabalho, baseamos nossas análises em autores que tratam especificamente das relações entre comunicação e educação, autores que discutem a Educação de Jovens e Adultos e as consequentes estratégias de ensino nessa modalidade educacional, bem como nos utilizamos dos pressupostos que norteiam a teoria da Andragogia. Dentre esses autores, citamos Knowles (2011), Freire (1978; 2011), Castro (2008), Ghiraldelli (1991). Inicialmente, buscamos compreender o contexto educacional, político-ideológico e cultural no qual surgem as citadas telenovelas, tecendo algumas conexões com a História da Educação no Brasil durante o século XX. Em seguida, tratamos dos pressupostos teóricos que devem nortear o projeto da Educação de Jovens e Adultos, a partir de uma interrelação entre a questão do ensino e a questão da Andragogia. Por fim, descrevemos o conteúdo das citadas produções teledramatúrgicas, estabelecendo as devidas conexões com o tema da EJA, e demonstrando, em linhas gerais, a concepção de adulto aprendiz presente em tais produções. Iniciemos, então, a análise do processo, para chegarmos depois ao produto.

1. Educação de Jovens e Adultos / Educação a Distância: Aproximações no Contexto Brasileiro da Década de 1970

Na década de 1970, o Brasil viveu sob o regime ditatorial militar, instituído em 1964. Tal regime (que perdurou até 1985) foi marcado, a partir da posição do governo militar, por uma postura repressiva e centralizadora, com reflexos nas mais variadas áreas da vida social e da política como um todo, especialmente após o ano de 1968 (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2010). O período do **milagre econômico**, como é amplamente conhecido, “se caracteriza, ao mesmo tempo, por uma combinação de *medo* da repressão do Estado e de **euforia** em decorrência do crescimento econômico” (GERMANO, 2011, p. 160, grifos do autor). A educação, nesse sentido, não permaneceu imune às estratégias da política ditatorial, sofrendo consequências como



“[...] repressão, privatização de ensino, exclusão de boa parcela das classes populares do ensino elementar e boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante, tecnicismo pedagógico e desmobilização do magistério através de abundante e confusa legislação educacional” (GHIRALDELLI, 1991).

Em 11 de agosto de 1971, o governo brasileiro promulgou a Lei nº 5.692, que dispunha sobre a reforma na concepção e organização dos ensinos de 1º e 2º graus no país, revogando diversos dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional então vigente, a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Aspectos importantes foram modificados a partir da promulgação do referido texto legal, numa tentativa das forças oficiais de adequar a organização da educação nacional às políticas dos grupos hegemônicos (GERMANO, 2011). Ghiraldelli (1991) traz uma explicação acerca das principais questões introduzidas pela lei na educação do país. Consideramos interessante transcrever, aqui, tal explicação, ainda que a citação se torne um pouco longa.

Na Lei 5.692/71 os anteriores curso primário e curso ginásial foram agrupados no ensino de 1º grau para atender a crianças e jovens de 7 a 14 anos, ampliando a obrigatoriedade escolar de 4 para 8 anos. O objetivo desse grau do ensino foi redigido assim: “o ensino de 1º grau destina-se à formação da criança e do pré-adolescente em conteúdo e métodos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos”. A nova legislação deixou por conta do Conselho Federal de Educação (CFE) a fixação das matérias do “núcleo comum do 1º grau” (1º e 2º graus passaram a ter disciplinas do “núcleo comum”, obrigatórias, e “uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, as peculiaridades locais”). O Conselho Federal de Educação fixou o núcleo comum, fazendo desaparecer a divisão entre Português, História, Geografia, Ciências Naturais etc., e colocando no lugar “Comunicação e Expressão”, “Estudos Sociais” e “Ciências”.

O 2º grau, por sua, vez [sic] tornou-se integralmente profissionalizante. O CFE, através do parecer 45/72 relacionou 130 habilitações técnicas que poderiam ser adotadas pela escola para seus respectivos cursos profissionalizantes. Mais tarde essas habilitações subiram para 158. Em certos casos o CFE chegou a prever



várias habilitações para um mesmo setor de atividades. O elenco de habilitações chegou efetivamente ao impraticável. As escolas poderiam montar um 2º grau com habilitações em “Carne e Derivados”, ou em “Cervejaria e Refrigerantes”, ou “Leite e Derivados”. É óbvio que os colégios particulares (e os grandes empresários do ensino sempre tiveram grande influência no interior do CFE) souberam desconsiderar toda essa parafernália “profissionalizante”. As escolas particulares, preocupadas em satisfazer os interesses da sua clientela, ou seja, em propiciar o acesso ao 3º grau, desconsideraram (através de fraude, obviamente) tais habilitações e continuaram a oferecer o curso colegial propedêutico à universidade. As escolas públicas, obrigadas a cumprir a lei, foram desastrosamente descaracterizadas (GHIRALDELLI, 1991).

É nesse contexto que surge o Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL). Criado pelo Ministério da Educação, em 23 de fevereiro de 1972, para coordenar e organizar o ensino a distância no país, o PRONTEL foi a política pública que deu base para o desenvolvimento de diversas ações educacionais que tomavam como suporte os meios de comunicação de massa, especialmente a televisão. No panorama de uma estrutura educacional que incluía o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) como um artifício criado com o objetivo de erradicar o analfabetismo de jovens e adultos, no país, as ações do PRONTEL voltaram-se muito destacadamente ao desenvolvimento de atividades para o Ensino Supletivo, como forma de alcançar o maior número possível de indivíduos (SEGENREICH; CASTRO, 2012). O PRONTEL inseriu-se, além disso, no âmbito de uma discussão mais ampla acerca das possibilidades e da eficácia da relação entre tecnologias e educação, que perpassou a década de 1970.

Até o início dos anos 1980, a perspectiva que se tinha em relação à educação a distância era de que a televisão educativa deveria suprir o mesmo papel e função social da escola com mais eficiência e produtividade. As políticas nesse campo enfatizavam a suposta eficiência dos meios de comunicação de massa, aplicados à educação básica e para a formação de professores. Essa foi a ideologia central que permeou as primeiras diretrizes e planos nacionais nos anos 70,



da responsabilidade do Prontel/Ministério da Educação (MEC). A educação a distância espelhava o processo de massificação da educação, chamado pelos especialistas do governo de “democratização da educação”. No final de 1973, esforços preliminares foram desenvolvidos visando à implementação de um plano que articulasse melhor o uso das tecnologias e a educação. Diversos fatores, porém, impediram sua concretização, como, por exemplo: a) a resistência tradicional à mudança, por parte das agências educacionais, que encontraram nos professores, uma grande dificuldade de adaptação a esse novo recurso tecnológico; b) a mudança de governo, que inauguraria uma nova fase de institucionalização do Estado, com uma clara mudança de direção no trato com as questões econômicas e sociais (SEGENREICH; CASTRO, 2012, p. 100).

Ainda sobre a Lei nº 5.692/71: trata-se do primeiro texto legislativo, no país, a dedicar um capítulo exclusivo ao tema do Ensino Supletivo, de modo muito análogo ao disposto, na atualidade, para a atual Educação de Jovens e Adultos. Os artigos 24 e 25 da referida lei são destinados a explicar a matéria:

Art. 24. O ensino supletivo terá por finalidade:

- a) suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria;
- b) proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

Parágrafo único. O ensino supletivo abrangerá cursos e exames a serem organizados nos vários sistemas de acordo com as normas baixadas pelos respectivos Conselhos de Educação.

Art. 25. O ensino supletivo abrangerá, conforme as necessidades a atender, desde a iniciação no ensino de ler, escrever e contar e a formação profissional definida em lei específica até o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular e a atualização de conhecimentos.

§ 1º Os cursos supletivos terão estrutura, duração e regime escolar que se ajustem às suas finalidades próprias e ao tipo especial de aluno a que se destinam.

§ 2º Os cursos supletivos serão ministrados em classes ou mediante a utilização de rádios, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos.



É dentro desse quadro político-educacional que podemos pensar a criação e difusão das telenovelas educativas de que mais especificamente trata este trabalho: *João da Silva* e *A Conquista*. Pensadas, inicialmente, como uma forma de articulação entre a televisão - meio tecnológico em franca expansão no período - e a educação, as telenovelas inseriram-se no âmbito do PRONTEL, demonstrando, assim, sua natureza enquanto produto engendrado a partir da formulação de políticas públicas oficiais no campo da Educação.

A telenovela *João da Silva* foi produzida no ano de 1973, pela Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, para funcionar como curso supletivo à distância, com a função estratégica de atender a um grande número de telespectadores, dada a sua inserção no âmbito de um circuito de comunicação social. De construção simples, a produção contava a história do personagem-protagonista que dava nome à trama, narrando suas aventuras ao sair de sua terra natal, no interior, em busca de melhores oportunidades de vida numa cidade de grande porte. A partir desse fato, formulava-se todo um enredo ficcional que girava em torno de questões ligadas à escola, uma vez que o personagem passou a frequentá-la. De qualquer modo, o conteúdo ficcional criado para a novela servia, apenas, como um verdadeiro auxiliar, uma vez que o propósito de sua veiculação, longe de pretender que a novela fosse uma forma de entretenimento ou de encantamento com a narrativa, era simplesmente ensinar.

Em trabalho anterior, discutimos a questão:

[...] nesta novela, o caráter educativo da produção estava mais explícito, de modo que os conteúdos veiculados na forma de ensino ganhavam maior projeção na trama do que a própria história do personagem-protagonista. A própria linguagem utilizada nas gravações distanciava-se da teleficção para adentrar no terreno educacional. Durante os 100 capítulos em que a novela se desenvolveu, o público teve a oportunidade de assistir a um verdadeiro telecurso, voltado para um público majoritariamente adulto (SILVA, 2014, p. 8).



Prova desse fato é que a novela era comandada por um coordenador pedagógico, o professor Manoel Jairo Bezerra (MACIEL, 2009). A obra contava, ainda, com a supervisão de Gilson Amado, direção de Jacy Campos e roteiro de Lourival Marques. A telenovela, enquanto um formato específico, foi introduzida, no Brasil, no ano de 1951, e em 1970 já se mostrava um elemento de grande importância para a obtenção de lucros por parte das emissoras de televisão (TÁVOLA, 1996). O sucesso alcançado pela telenovela, em terras brasileiras, pode ajudar a esclarecer os reais motivos pelos quais o governo se utilizou do gênero para a implementação de políticas públicas educacionais.

Alguns anos depois, tendo em vista as estatísticas favoráveis alcançadas a partir da execução do projeto *João da Silva*, o governo ousou, também por intermédio da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, colocar no ar a telenovela *A Conquista*. Produzida dentro dos mesmos moldes de trabalho que orientaram a execução do telecurso anterior, *A Conquista* foi pensada, então, como uma estratégia para a promoção de ações de incentivo à conclusão dos estudos por parte de um alunado adulto, no âmbito do **ensino supletivo**. Maciel (2009), ao comentar o desenvolvimento do Movimento da Matemática Moderna, no Brasil, a partir das contribuições fornecidas pela teleducação, informa acerca do projeto *A Conquista*:

Um projeto teleducativo produzido pela Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa, lançado em 1979, e que ofereceu o ensino das 4 séries finais do antigo primeiro grau a adultos que não puderam completar seus estudos até a idade de 18 anos. Consistiu ainda na exibição de uma telenovela educativa a cores, pela televisão, composta de 200 capítulos, e na utilização de material didático de apoio com sete volumes. O Supervisor Pedagógico do Telecurso Supletivo “A Conquista” foi o professor de matemática Manoel Jairo Bezerra, também um dos seus idealizadores. É relevante destacar que o Certificado de Conclusão era obtido somente após a realização de uma prova de Exame Supletivo, oferecido pelas secretarias estaduais de educação: “todas as pessoas (...) devem prestar os Exames Supletivos oferecidos pelas Secretarias



de Educação e os Exames Especiais, caso ocorram”. Para a realização destes Exames o Telecurso Supletivo “A Conquista” ofereceu as seguintes disciplinas: Matemática, Ciências Físicas e Biológicas, Língua Portuguesa, Educação Artística, Educação Física, História, Geografia, Organização Social e Política Brasileira, Educação Moral e Cívica e Informação Operacional. Ou seja, o Telecurso Supletivo “A Conquista” foi um projeto de apoio aos estudantes para aprovação nos Exames Supletivos oferecidos pelo Governo do Estado em que residiam (MACIEL, 2009, p. 55).

O telecurso *João da Silva* era voltado ao ensino referente às quatro primeiras séries do primeiro grau. Por sua vez, *A Conquista*, como continuação do projeto, era referente às quatro séries finais do primeiro grau. A proposta do governo foi a de proporcionar a uma massa de telespectadores cursar todo o primeiro grau de ensino de um modo diferente do convencional, utilizando-se, para isso, de uma ferramenta importante da comunicação social. Não foi possível localizar estudos acerca do funcionamento do curso supletivo *João da Silva*, mas encontramos em Maciel (2009, p. 56-57) uma descrição detalhada do projeto *A Conquista* (o autor informa que, sendo uma continuação, a segunda produção continha quase todos os traços da primeira).

O Telecurso Supletivo “A Conquista” podia ser acompanhado de duas formas: a recepção livre e a recepção organizada. A primeira refere-se aos telespectadores que assistiram à telenovela sem qualquer tipo de controle, ou seja, em sua residência, sem qualquer vínculo com a FCBTVE. Entre estes alunos estão os que faziam os Exames Supletivos, mas não desejavam um acompanhamento especializado, pessoas que já cursaram o 1º grau e queriam recordar os conteúdos desta etapa de ensino formal, bem como aqueles que, por curiosidade ou qualquer outro interesse pessoal, assistia regularmente, ou não, a telenovela educativa. Este grupo de pessoas via a telenovela em seu domicílio ou em qualquer outro local de sua melhor conveniência. A recepção organizada era subdividida em duas categorias: a) os telepostos – locais preparados para a recepção das teleaulas e que seguiam determinados padrões técnicos, tais como altura do televisor, disposição das carteiras, entre outros. Neste caso assistia-se às aulas nos telepostos; b) Centros controladores, aonde o aluno



se matriculava e ia periodicamente para dirimir dúvidas – acompanhava-se o Telecurso em domicílio, ou em qualquer outro local que conviesse, mantendo vínculo com o Telecurso Supletivo “A Conquista”. Teleaula era a denominação dada a cada capítulo da telenovela educativa ou, a partir de 1983, do programa somente com os conteúdos instrucionais.

Também no caso de *A Conquista*, a questão da teledramaturgia e de sua vinculação ao gênero telenovela era um fator secundário: o que prevalecia, de fato, era a necessidade de transmissão dos conteúdos educativos. Isso pode ser verificado pelo fato de que, em 1982, o programa voltou a ser exibido, mas dessa vez apenas com as partes instrucionais, sem a história ficcional que as acompanhava (MACIEL, 2009). O projeto de teleducação que abrangia as duas telenovelas, pois, consistia de todo um aparato técnico-pedagógico que embasava a ação educacional, com vistas ao aumento do número de alfabetizados e de adultos que haviam concluído o primeiro grau. Desse modo, criava-se um programa de ensino para adultos que ia além do que até o momento era executado. Em decorrência da necessidade de melhor compreensão da temática da Educação de Jovens e Adultos para o entendimento dos propósitos deste trabalho, passamos agora a comentar as questões teóricas atinentes à Andragogia, modelo teórico que adotamos como representativo para essa modalidade educacional.

2. A Andragogia e a Educação de Adultos

A escolarização de jovens e adultos é um processo educacional que requer a consideração e a análise de fatores e fenômenos específicos, dadas as especificidades do próprio público ao qual esse processo se direciona. O aluno adulto possui uma série de características que o tornam diferente de um aluno que se encontra na infância ou na adolescência e, nesse caso, é imprescindível que se tenha em mente que o adulto traz consigo, para o ambiente escolar, toda uma gama de experiências, de concepções e ideologias que direcionam a sua vida, e que funcionam como pontos de alto impacto



no processo de aprendizagem de um modo geral (CASTRO, 2008). Esse é o princípio básico que direciona a teoria da Andragogia, como se verá adiante.

Forjado a partir das pesquisas do teórico Malcolm Knowles, na década de 1970, o campo de estudos da Andragogia define-se em contraposição a um modelo tradicional de educação, identificado aqui como sendo o modelo de trabalho indicado pela Pedagogia, que se volta a um público mais jovem (crianças e adolescentes). A Andragogia nasce, pois, da consideração de que o adulto, enquanto aprendiz no ambiente formal da escola, não pode estar sujeito aos mesmos padrões de aprendizagem de uma criança, por exemplo. O aluno adulto engendra **outra maneira de trabalhar**. Assim, para Knowles (2011), a Andragogia é a arte e ciência de orientar adultos a aprenderem.

Embora o termo tenha sido posto em discussão, no âmbito acadêmico, já na década de 1970, sua introdução em solo brasileiro é mais tardia. No entanto, vale a pena destacar que muito do que constitui a teoria andragógica já se poderia encontrar, por aqui, alguns anos antes, a partir dos escritos de Paulo Freire. De fato, foi ele quem, nos anos 1950/1960, ousou defender a educação para adultos como um processo que envolve concepções e estratégias específicas: o adulto como um ser singular. A proposta educacional de Paulo Freire, enquanto um método de trabalho para a alfabetização de adultos, dentro do que ele chamou de **educação libertadora**, pautava-se por uma ação que se baseava, fundamentalmente, na experiência do indivíduo e em suas relações socioculturais. Assim, ao recuperar, no processo de ensino, o contexto que marcava a vida do aluno em sociedade, havia a promessa de um ensino mais eficaz, comprometido com maiores resultados (FREIRE, 1978; 2011).

O pensamento freireano, antes mesmo do surgimento da Andragogia como uma temática do conhecimento científico, foi responsável por embasar, no Brasil, uma série de políticas educacionais voltadas à Educação de Jovens e Adultos. Na década de 1960, muitas dessas políticas acabaram sendo rejeitadas, em virtude de sua



inadequação ao projeto ideológico que marcou a política nacional após a instalação do regime ditatorial, em 1964, conforme já foi aqui demonstrado (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001).

As especificidades do modelo andragógico, no que se refere à sua relação com o modelo pedagógico, são enfatizadas em termos muito mais práticos que teóricos: de fato, a Andragogia apresenta-se enquanto **proposta de trabalho** adequada à realidade do aluno adulto, ficando demonstrada, assim, a ineficácia da aplicação de métodos de ensino para crianças a esse outro público de maior idade. Dentro do universo conceitual abrangido pela Andragogia, vê-se operado um **deslocamento**, especialmente em relação à figura docente: nesse modelo, o professor não ensina, mas orienta seus alunos. Em torno disso, uma série de questões é levantada, como se demonstra a seguir:

O modelo andragógico é um modelo processual, em oposição aos modelos baseados em conteúdo empregados pela maior parte dos educadores. (...) O professor andragógico (facilitador, consultor, agente de mudança) prepara antecipadamente um conjunto de procedimentos para envolver os aprendizes (e outras partes interessadas) em um processo que contém os seguintes elementos: (1) preparar o aprendiz; (2) estabelecer um clima que leve à aprendizagem; (3) criar um mecanismo para o planejamento mútuo; (4) diagnosticar as necessidades para a aprendizagem; (5) formular os objetivos do programa (o conteúdo) que irão atender a essas necessidades; (6) desenhar um padrão para as experiências de aprendizagem; (7) conduzir essas experiências de aprendizagem com técnicas e materiais adequados; e (8) avaliar os resultados da aprendizagem e fazer um novo diagnóstico das necessidades de aprendizagem. Esse é um modelo de processo. **A diferença não é que um deles trata de conteúdos e o outro não; a diferença é que o modelo de conteúdo se ocupa de transmitir informações e habilidades, enquanto o modelo de processo se ocupa da provisão de procedimentos e recursos para ajudar os aprendizes a adquirir informações e habilidades** (KNOWLES; HOLTON; SWANSON, 2011, p. 121, grifo nosso).



Tendo compreendido as singularidades de que se reveste a teoria andragógica, podemos agora passar à análise de nosso objeto de estudo, qual seja, as duas telenovelas anteriormente referidas, *João da Silva* e *A Conquista*, demonstrando, tanto quanto possível, a pertinência das duas produções em relação ao quadro teórico proposto pela Andragogia, e, conseqüentemente, a sua eficácia enquanto projeto educacional voltado para jovens e adultos.

3. *João da Silva* e *A Conquista*: A Teleducação em Debate

Como dito, a telenovela *João da Silva* baseava-se num modelo em que a narrativa ficcional servia como um elemento secundário, uma vez que a grande proposta era mesmo o ensino a distância. Cada capítulo (teleaula) era estruturado em torno de alguns assuntos, que serviam de ponto de partida para as ações dos personagens: no capítulo de número 5, por exemplo, ao qual tivemos acesso, esses assuntos eram **ortografia, adição, siglas e previdência social**. Transcrevemos, a seguir, o trecho de uma cena do capítulo, para fins de exemplificação. Trata-se de um diálogo entre as personagens Lídia e Sandra:

- Sandra: A senhora trouxe a lista que lhe deram?
Lídia: Das coisas que eu tenho que saber hoje? Ah, tá aqui! Hoje eu queria que a senhora me explicasse essa tal de siga, sigra...
Sandra: SI-GLA. A palavra é SI-GLA.
Lídia: Bem que o homem tentou me explicar, mas eu não entendi. E não quis fazer pergunta.
Sandra: Bem, vejamos... Não é tão difícil assim. Por exemplo... Qual é o trabalho do síndico desse edifício? Aonde que ele trabalha?
Lídia: Na cidade!
Sandra: Eu sei que é na cidade, mas em que repartição? Em que serviço ele trabalha?



- Lídia: Ah, é... É... Na Legião Brasileira de Assistência!
- Sandra: Ah, muito bem! Então... Para não ter que escrever ou falar todo o nome completo, nós usamos uma sigla!
- Lídia: E o que é sigla?
- Sandra: Sigla é uma palavra ou uma abreviatura de letras iniciais de outras palavras... Por exemplo: em lugar de falar ou escrever Legião Brasileira de Assistência, nós podemos usar L-B-A. Quer dizer: L de legião, B de brasileira e A de assistência.
- Lídia: Ah, então é isso que é sigla? Tá cheio de sigla por aí!
- Sandra: É... Geralmente, usam-se muito as siglas. Economiza-se tempo e espaço. Por exemplo: eu tenho um irmão que trabalha em Brasília, no MEC.
- Lídia: MEC?
- Sandra: Exatamente. É uma outra sigla. Quer dizer Ministério da Educação e Cultura.
- Lídia: M de ministério!
- Sandra: Exatamente. E de educação e C de cultura. Entendeu?
- Lídia: Entendi, sim senhora! Também, a senhora explica tão bem que não há jeito de duvidar.

Vê-se que a personagem Sandra procura transmitir os conhecimentos à personagem Lídia recorrendo a questões por ela conhecidas, como a realidade do síndico do prédio. De fato, isso está próximo do que é postulado pela Andragogia, ou seja, a necessidade de se considerar a realidade extraescolar do educando. Outro trecho, do mesmo capítulo, permite explicar melhor a natureza da produção. Trata-se de um diálogo entre João, o protagonista, e a funcionária de uma repartição pública.

- Funcionária: Você nunca ouviu falar de previdência social?
- João: Ouvi, ouvi falar nas agências de emprego do Rio. A gente desconta um dinheiro pra ter direito a uma porção de coisas, não é isso?
- Funcionária: É, mas vamos devagar. Antes de tudo, você tem que saber que INPS quer dizer Instituto Nacional de Previdência Social. Mas para facilitar, diz-se apenas INPS, que é uma sigla, isto é, a inicial de cada palavra.
- João: Ah, entendi.
- Funcionária: Bem, digamos que previdência social é um jeito de se



- fazer economia em conjunto.
- João: Economia em conjunto? De que forma?
- Funcionária: João, são poucas as pessoas que ganham bastante e conseguem economizar para atender às necessidades que acontecem em toda família. E, quando essas coisas acontecem, o responsável pela família se atrapalha.
- João: Ah, isso é verdade.
- Funcionária: E é por isso que o governo ficou sendo responsável pelo trabalhador que não pode mais trabalhar e pela família do que morre.
- João: Ah, agora eu tô entendendo.
- Funcionária: Todo mês, de cada trabalhador é descontada uma parte do seu reservado.
- João: Que é o desconto do INPS, é isso?
- Funcionária: Isso. E a empresa onde o trabalhador está também paga todo mês a sua parte. E é por isso, João, que a carteira de trabalho é tão importante!
- João: É... Eu já tenho a minha!

O diálogo acima transcrito era seguido, no capítulo, por uma interrupção na narrativa para uma espécie de *explicação*, fornecida pela atriz Eloá Dias, acerca da previdência social e dos programas sociais oferecidos pelo governo federal aos cidadãos brasileiros. O fato demonstra a vinculação da produção teledramatúrgica a um projeto ideológico do próprio governo, no sentido de que ela era, também, responsável por veicular para o grande público a proposta do regime.

Como continuação do projeto *João da Silva*, a telenovela *A Conquista* também trazia o roteiro de Lourival Marques, e tinha, na coordenação da avaliação instrucional, o nome de Vera Beraldo de Oliveira. Com grande elenco e exibição a cores, a novela seguiu a ideia do projeto de 1973, aprofundando um pouco mais os conteúdos e mantendo o reforço do ideário político do governo federal. No capítulo 112, que foi objeto de nossa análise, os assuntos tratados foram os **pronomes oblíquos reflexivos**, o **aparelho respiratório** e as **propriedades dos quadriláteros**. Vejamos a transcrição de um trecho acerca dos pronomes oblíquos reflexivos, em que o personagem Pedro



ensina o conteúdo aos personagens Nair e Aflitivo.

- Nair: Hoje é dia de continuarmos a ver os pronomes...
- Aflitivo: Mais ainda? Quais?
- Pedro: Ora, os pronomes oblíquos reflexivos. E ainda os pronomes se, si e consigo.
- Nair: Qual é a diferença entre os pronomes pessoais reflexivos e os outros?
- Pedro: Bom, vocês devem lembrar-se da voz reflexiva verbal. Esses pronomes são sempre usados na mesma pessoa do sujeito da frase. “Eu me visto”. “Eu me”: primeira pessoa. Isto já foi visto em vozes do verbo. Ele se foi, ela se cortou.
- Aflitivo: É, foi o que vimos na voz reflexiva. Mas isso é simples.
- Nair: Tem razão. E muita gente erra nisto.
- Pedro: Isso é verdade, Nair. É muito comum errar no se e no consigo.
- Nair: Mostra isso, Pedro!
- Pedro: Ó... “Eu trouxe isto para si” ou “Eu quero falar consigo”, que muita gente boa usa, são formas que estão erradas.
- Aflitivo: E como é certo?
- Pedro: “Eu trouxe isto para você, o senhor ou a senhora”. “Quero falar com o senhor, a senhora, você”.

Nota-se que, nesta segunda telenovela, devido à necessidade de aprofundamento dos temas, uma vez que a produção era voltada para os quatro anos finais do primeiro grau, o ensino é bem mais descontextualizado, e as noções trazidas são bem mais abstratas. Para o ensino da língua portuguesa, o personagem Pedro utiliza-se de exemplos que não encontram base na realidade dos alunos, como postula a Andragogia. Nessa obra, entretanto, a veiculação das propostas de governo, embora estivessem presentes, eram menos vivas que em *João da Silva*.



Considerações Finais

A telenovela é um produto comunicacional em que seus personagens interagem entre si, ou seja, é um produto no qual se verifica uma interação face a face. Ao mesmo tempo, essa mesma interação, isto é, a cena televisiva é direcionada a uma quantidade imensa de telespectadores, o que configura a sua inserção no circuito da comunicação de massas. Dada essa característica da telenovela, podemos inserir o gênero naquilo a que Thompson (1999) chama de **interação quase mediada**: os participantes da ação interagem entre si, mas não com um público amplo que os assiste. No que se refere à Educação de Jovens e Adultos, esse é um tipo de produto que se mostra ineficaz, ao prescindir, por completo, do contato e do diálogo com o aprendiz, ponto central da defesa de Paulo Freire e da própria Andragogia em relação à questão.

A análise empreendida permitiu mostrar que a telenovela *João da Silva*, em decorrência do tratamento mais superficial dado às suas temáticas, recorria muitas vezes a aspectos mais próximos do cotidiano dos personagens, aproximando-se do modelo proposto por Malcolm Knowles para a Andragogia. Já *A Conquista*, ao tratar de temáticas mais complexas, dava maior ênfase a questões abstratas, distanciando-se, mesmo na ficção, do contexto sociocultural no qual seu aprendiz estava inserido. De qualquer forma, o pertencimento das duas produções à categoria da *interação quase mediada* elimina as possibilidades de um ensino totalmente eficaz no que se refere ao diálogo com o público que aprende.

Outro aspecto necessita ser enfatizado: as duas telenovelas são produzidas e veiculadas dentro de uma estrutura governamental, que é a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, órgão criado pelo governo federal para auxiliar nas atividades de teleeducação. Assim, não raro, as obras acabam imprimindo à sua natureza um caráter de veiculador das propostas de governo, especialmente em relação aos programas sociais executados por este. Isso foge por completo da chamada **educação libertadora**



defendida por Paulo Freire. Além disso, se pensarmos em um circuito comunicacional, veremos que a ênfase das telenovelas é deslocada daquele que aprende, o receptor, para aquele que ensina, o emissor, neste caso representado pela estrutura oficial do governo.

O trabalho permitiu desvendar uma interessante faceta da história da educação no Brasil, que foi a utilização da teleducação como recurso auxiliar no combate à alfabetização e na promoção de ações educativas para um público que não teve oportunidade de concluir seus estudos no tempo adequado. O recurso à telenovela como ferramenta para esse modelo de ensino mostrou-se muito acertado, à medida que permitiu o alcance de uma larga fatia do público social. Entretanto, demonstrou a ineficiência de um projeto de ensino para jovens e adultos que não esteja centrado na realidade social desse público específico. O trabalho permitiu observar que, de um modo geral, essa estratégia de governo foge ao que se postula teoricamente para a Educação de Jovens e Adultos e, principalmente, da noção de uma educação libertadora, livre das ideologias impostas e dos modelos de aprendizagem pré-concebidos. A educação vai além!

Referências Bibliográficas

- CASTRO, Artemis Nogueira. **Didática e Andragogia**. Rio de Janeiro: GPS, 2008.
- DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001.
- FREIRE, Paulo. A alfabetização de adultos: é ela um que fazer neutro? **Educação e Sociedade**, Campinas, v.1, n.1, p. 64-70, 1978.
- FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores. **Estudos avançados** [online]. 2001, vol.15, n.42, pp. 259-268.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.



GERMANO, José. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GHIRALDELLI, Paulo. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1991.

KNOWLES, Malcolm S.; HOLTON III, Elwood F.; SWANSON, Richard A. **Aprendizagem de resultados**: uma abordagem prática para aumentar a efetividade da educação corporativa. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MACIEL, Leandro Silvío Katzer Rezende. **“A Conquista”**: uma história da educação a distância pela televisão e o Movimento da Matemática Moderna no Brasil. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade Bandeirante de São Paulo, 2009.

PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 21 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. A inserção da educação a distância no ensino superior do Brasil: diretrizes e marcos regulatórios. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 42, n. 28, p. 89-118, jan./abr. 2012

SILVA, Aguimario Pimentel. Aprendendo com a tevê: a dimensão pedagógica da telenovela. In: **5º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação e I Colóquio Internacional de Educação com Tecnologias**, 2013, Recife. Anais... Recife: UFPE, 2014, p. 1-20.

TÁVOLA, Artur da. **A telenovela brasileira**: história, análise e conteúdo. São Paulo: Globo, 1996.